



Espaços públicos urbanos: lugares de lazer, sociabilidade e memória

Urban public spaces: places of leisure, sociability and memory

Mirleide Chaar Babia – Professora/Pesquisadora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos e da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal do Pará; doutora em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental. E-mail:

Silvio Lima Figueiredo – Professor/Pesquisador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Doutor em Comunicação; realizou estágio pós-doutoral na Université René Descartes - Paris V Sorbonne. E-mail:

Amarildo Ferreira Júnior – Mestrando do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. E-mail:

Ana Cláudia dos Santos da Silva – Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. E-mail:

Silvia Laura Costa Cardoso – Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. E-mail:

Resumo

A cidade é realidade social que exprime em sua forma física e em sua dinâmica uma das modalidades fundamentais de “organização” das diferenças e é resultado de vários tipos de processos socioespaciais, gerados pela complexa interação entre os agentes modeladores do espaço, interesses diversos, significações e fatores estruturais. O objetivo é analisar a apropriação dos espaços públicos urbanos de Belém, Pará e verificar aspectos simbólicos dos lugares de lazer, das formas de sociabilidade e a construção da memória social, para compreender as dinâmicas, interações e os arranjos sociais existentes dos usuários do Bosque Rodrigues Alves, da Praça Batista Campos e da feira livre do Bairro da Terra Firme. Trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, com dados obtidos por meio de pesquisa bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo, com observação simples e entrevistas não diretas aos usuários dos espaços públicos. Evidenciou-se a produção do espaço público pelos grupos e classes que ali estão e o entendimento da importância simbólica desses espaços para esses grupos.

Palavras-chave

Espaço Público Urbano. Cidades. Parques. Praças. Ruas

Abstract

The city is a social reality that expresses in its physical form and its dynamic one of the fundamental conditions of “organization” of differences and is the result of various types of socio-spatial processes caused by the complex interaction between the modeling agents of space, diverse interests, meanings and structural factors. The objective is to analyze the appropriation of urban public spaces of Belém, Pará, and verify symbolic aspects of leisure places, forms of sociability and the construction of social memory, to understand the dynamics, interactions and existing social arrangements of users of Bosque Rodrigues Alves, Square Batista Campos and free fair in Terra Firme. This is an exploratory study with a qualitative approach, with data obtained by means of literature, document analysis, and field research, with simple observation and non-directive interviews to users of public spaces. Provided evidence of the production of public space by the groups and classes that are there and the understanding of the symbolic importance of these spaces for these groups.

Keywords

Urban Public Space. Cities. Parks. Squares. Streets

INTRODUÇÃO

A cidade é realidade social que exprime com eloquência em sua forma física e em sua dinâmica uma das modalidades fundamentais de “organização” das diferenças (GOMES, 2002). Para Bahia (2012), a cidade é resultado de vários tipos de processos socioespaciais gerados pela complexa interação entre os agentes modeladores do espaço, interesses diversos, significações e fatores estruturais.

Atualmente, o processo de produção dos espaços urbanos se caracteriza por uma concentração de bens e serviços públicos urbanos básicos nas regiões centrais das cidades. E a população mais pobre, por falta de condições de se estabelecer no centro das cidades, vê-se obrigada a buscar modos de moradias em áreas mais distantes que, em sua maioria, são desprovidas de tais serviços, acabando por arcar com os maiores custos para transporte e para acesso aos mesmos (BAHIA; FIGUEIREDO, 2012).

Em determinadas interpretações sobre a cidade, que ressaltam o seu aspecto funcional, estas podem assumir quatro funções essenciais: de lazer, de moradia, de trabalho e de circulação, todas essas funções se exprimem na sociabilidade e nas relações sociais e socioambientais. Mas, o que se observa, no cotidiano, é que há uma apropriação das três primeiras funções pela dimensão privada, tendo-se como dimensão pública apenas a função de circulação (ROLNIK, 2000). Atualmente, as classes sociais médias e altas, vêm atribuindo à cidade a função exclusiva de circulação, uma vez que podem desfrutar de lazer em seus espaços privatizados, em seus condomínios fechados, em áreas de segunda residência ou em viagens. Entretanto, para as classes mais pobres, que não possuem muitas opções, a cidade continua tendo a função de lazer, de morar, de trabalho e de circulação (BAHIA; FIGUEIREDO, 2012).

As cidades na chamada “pós-modernidade” apresentam algumas características, nas quais é possível entender que seu espaço público é formado por uma dimensão simbólica/política, na qual classes e grupos se encontram e se comunicam em uma esfera comunicacional e arena de disputas, e por espaços públicos urbanos, que de alguma forma funcionam como locais de encontro e da convivência, que são possíveis de acessar pela sua própria condição de públicos e nos quais é possível também ocorrer situações de co-presença com inclusive debates políticos e de aglomeração.

Para Paquot (2009) as ideias de espaço público e de espaços públicos (no plural) se complementam. Esses últimos podem estar totalmente ligados à vida

da cidade e funcionariam como conectores da sociabilidade, da comunicação e da interação, mesmo em conflitos e situações de disputa. Além disso, podem configurar situações de experimentação do lazer, e assim, podem ser percebidos inicialmente com dupla função (FIGUEIREDO, 2008). A primeira função está voltada à disponibilidade de opções de lazer aos moradores, processos de sociabilidade, garantindo o bom funcionamento da engrenagem urbana, calcada na dicotomia trabalho/lazer. A segunda função relaciona-se a um lugar de referência da cultura, divertimento, entretenimento, como uma amostra dos “produtos” simbólicos que a sociedade tem. Essa dupla função é incorporada pelo planejamento urbano e, pelas políticas públicas de gestão da cidade que em setores ligados ao meio ambiente, cultura, esporte, lazer e turismo garantem a refuncionalização e produção desses espaços, em vários locais e das mais variadas formas (FIGUEIREDO, 2008).

As relações socioambientais nas cidades modernas sofrem também diferentes modificações, reflexo do modo de produção capitalista e de consumo, que as sustenta, e que resulta em problemas significativos aos sujeitos no ambiente urbano. Assim, urge a necessidade de se proteger alguns espaços públicos urbanos, institucionalizá-los e requalificá-los como áreas verdes protegidas, parques ou jardins e reincorporá-los ao cotidiano da cidade.

A cidade com seus bairros, ruas, praças, igrejas, mercados, feiras, enfim espaços de sociabilidades, tecidos por complexidades e singularidades, expressam na memória das pessoas que deles se apropriam a ressignificação do vivido. O cotidiano dos moradores dos bairros, sobretudo os periféricos se apresenta bastante propício para a construção de laços de amizade e reciprocidade. Com o desenvolvimento das grandes metrópoles os grupos sociais se voltaram para problemas relacionados à preservação e valorização do espaço, das relações socioambientais, da cultura e identidade, das vivências de lazer e da memória social.

O objetivo deste artigo é analisar a produção dos espaços públicos - urbanos - em Belém, Pará e verificar aspectos simbólicos de apropriação dos lugares de lazer, das formas de sociabilidade e a construção da memória social, para compreender as dinâmicas, interações e os arranjos sociais existentes nos locais de análise.

Para tanto, observou-se os usuários do Bosque Rodrigues Alves – Jardim Botânico da Amazônia (BRAJBA) e da Praça Batista Campos, a fim de identificar a sociabilidade pública (conflitiva ou não), situada no espaço verde, bem como a co-presença, as práticas e a situação que fazem desse espaço público um lugar recheado de bens simbólicos, lugar de encontro onde perpassam vínculos de amizade, da vivência da infância, do relaxamento, do lazer e do turismo.

Também foram analisadas as formas de sociabilidade e a construção da memória social em ruas e feiras livres no Bairro da Terra Firme, para compreender as interações e os arranjos sociais que ali se articulam, tomando como referência a memória social dos trabalhadores da feira livre e do hortomercado, e dos clientes moradores do bairro e perceber como os feirantes e seus “fregueses” se socializam, criam laços afetivos e sentimentos de pertencimento e efetivamente produzem espaços públicos.

Trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, que em termos teóricos envolveu a discussão sobre os usos do espaço público na cidade. Os dados foram obtidos por meio de pesquisa bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo que envolveu visita no Bosque Rodrigues Alves, Praça Batista Campos e na Feira livre e Horto mercado do Bairro da Terra Firme, todos localizados na cidade de Belém, Pará. Utilizou-se de observação simples e entrevistas não diretivas junto aos usuários dos referidos espaços públicos.

PRODUÇÃO COLETIVA DO ESPAÇO PÚBLICO, SENTIMENTO DE LUGAR E MEMÓRIA SOCIAL

O Espaço é a expressão da sociedade. Uma vez que a sociedade está passando por transformações estruturais, na atualidade estão surgindo novas formas e processos espaciais. Segundo Castells (2010), o espaço é um produto material em relação a outros produtos materiais – inclusive as pessoas – as quais se envolvem em relações sociais “historicamente” determinadas que oferecem ao espaço uma função, uma forma e um sentido social (CASTELLS, 2010).

O espaço socialmente produzido, em Lefèbvre (2010), refere-se à prática espacial, à representação do espaço e ao espaço da representação, e nesse sentido, o autor destaca três dimensões que demarcam o espaço urbano: a primeira dimensão se relaciona à dimensão do percebido e corresponde à materialização física das formas espaciais construídas pressupondo uma reunião de usos e funcionalidades distintas. A segunda dimensão diz respeito ao concebido, às representações mentais do espaço ligadas principalmente ao saber e ao poder que expressa símbolos e imagens que definem o pragmatismo na sociedade, como aquele concebido pelos planejadores, urbanistas e pelos tecnocratas. A terceira dimensão é o espaço vivido e inclui diferentes práticas cotidianas dos sujeitos com suas imagens e significados. Esta contém a dimensão do “irracional”, das emoções, do subterrâneo, das obras, do “simbólico”, recobertos de códigos, linguagens e resíduos colocados em prática pelos setores de planejamento e

pela racionalidade que concebe um ordenamento urbano novo visando alcançar conteúdos espaciais novos às antigas formas espaciais (LEFÈBVRE, 2010).

Nas ciências da sociedade, a noção de espaço público é foco de abordagens teóricas e metodológicas diversas que permitem a compreensão dos espaços urbanos das cidades. Para David Harvey (2014), as qualidades humanas da cidade emergem de nossas práticas nos diversos espaços desta, mesmo que eles sejam passíveis de cercamentos, controle social e apropriações, tanto pelos interesses privados como pelos público-estatais.

Ao distinguir os espaços públicos e bens públicos dos comuns, Harvey (2014) afirma que os dois primeiros sempre foram uma questão de poder de Estado e administração pública e não constituem necessariamente um comum. Espaço e bens públicos urbanos são considerados como elementos importantes para o desenvolvimento capitalista, já que sua provisão (saneamento, saúde, educação etc.) se dá por meios públicos e privados, onde os conflitos e lutas de classe levam a administração pública a suprir esses bens à classe trabalhadora urbanizada.

Os bens públicos são entendidos, portanto, como gastos produtivos do Estado. Harvey (2014) afirma, porém, que embora esses espaços e bens públicos contribuam intensamente para as qualidades dos comuns, faz-se necessário uma ação política por parte dos cidadãos e das pessoas que pretendam apropriar-se deles ou concretizar essas qualidades.

Gomes (2002) afirma que a compreensão da dinâmica do espaço público deve levar em conta distinções sociais que vão além da renda, como a religião e a etnia. O autor enfatiza a dimensão do espaço como política, na qual verdades de grupos estão em confronto e negociação. A visão adotada por ele sublinha ainda os processos sociais de estruturação do espaço público, e o pesquisador deve observar as dinâmicas, ritos de apropriação, exclusão e pertencimento, assim como a orientação espacial, segundo signos estruturados ou vivências diferenciais que resultam em imaginários próprios aos grupos que transitam e transformam esses espaços.

A apropriação social do espaço público na cidade contemporânea é explicada por Serpa (2009) a partir de uma apropriação seletiva e diferenciada de espaços que deveriam ser acessíveis a todos, partindo-se da noção de cidadania e de ação política e pelo entendimento da acessibilidade, estreitamente vinculada à alteridade. A acessibilidade está vinculada à demarcação de territórios na definição dos espaços públicos, e, além de ser física, é simbólica. Leite (2004) afirma que o espaço público surge da intersecção entre espaço urbano (espaço que não inclui as práticas interativas entre os agentes envolvidos em sua construção social) e

esfera pública (noção que prescinde de uma referência espacial para essas ações interativas), e então os dois espectros do conceito se encontrariam.

O espaço público não se qualificaria de forma absoluta, pois existe um continuum muito complexo para sua definição (SOUZA, 2008). Para este autor, falar em esfera pública e, por extensão, em espaço público requer, portanto, um mínimo de autonomia individual e coletiva, de existência de margens de manobra e de sociabilidades e, assim como para Santos (1987), de exercício da cidadania, elementos estes que, por meio da metáfora da anemia do espaço público apresentada por Souza (2008), estão se encolhendo, deteriorando e sofrendo restrições na cidade contemporânea. Santos (1987) inclusive defendia a ideia de espaço como produto definido socialmente, estendendo-o inclusive aos elementos naturais.

Gomes (2002) afirma que alguns espaços públicos constituem nas cidades contemporâneas os filtros por onde a comunicação social é obtida. Em uma estrutura fracionada, a cidade perde sentido global e se transforma em aglomeração. Nesse sentido, algumas áreas surgem com o papel de intermediárias no diálogo entre os diferentes segmentos que compõem a cidade. Leite (2004) faz uma distinção entre conceitos fundamentais como espaço urbano, esfera pública e espaço público. Para ele, o espaço urbano é a simples configuração espacial da cidade, sem maiores significados para atores e suas ações sociais. Não inclui práticas interativas entre os agentes envolvidos na construção social de seu espaço. Esfera pública, por sua vez, é um campo imaterial que não necessita de uma referência espacial para a realização de ações interativas. O espaço público, segundo Leite (2004), possui sociabilidade pública com práticas interativas (conflitivas ou não) convergência de categorias espaço e ação.

A produção coletiva e a formação de espaços públicos citadinos passam por instâncias de conformação na ideia de memória, sociabilidade e pertencimento. O estudo da teoria da memória social a partir do século XX se torna crucial para o entendimento dos diversos grupos sociais. O conceito de sociabilidade criado por Georg Simmel procura compreender a sociedade moderna, buscando entendê-la não como algo dado, mas constantemente construído, reconstruído e dissolvido pelos indivíduos por meio de interações recíprocas (FRÚGOLI JR, 2007).

A articulação entre a sociabilidade e memória social acontece no encontro nos diversos espaços, quando os grupos se articulam por diversos interesses e a linguagem é uma das formas desta articulação da memória. Bosi (1994) afirma que a linguagem é o instrumento socializador da memória, pois reduz, unifica e aproxima no mesmo espaço histórico e cultural vivências tão diversas como o

sonho, as lembranças e as experiências recentes. O que faz com que a memória social surja nas cidades é justamente o fato de os grupos estabelecerem relações sociais que podem ser de dominação, cooperação e conflito, que variam no tempo e espaço.

A rememoração individual se faz na trama das memórias dos diferentes grupos com que os indivíduos se relacionam. Ela está impregnada de memórias dos que os cercam, de maneira que, ainda que não estejam em presença deles, as lembranças e o esquecimento, as maneiras como constroem a sua memória social e coletiva depende das experiências vivenciadas nas suas relações sociais. Portanto, as lembranças se alimentam das diversas memórias oferecidas pelo grupo, a que o autor denomina ‘comunidade afetiva’. Um aspecto importante acerca da memória é a sua relação com os lugares. As memórias individuais e coletivas têm nos lugares uma referência importante para a sua construção, ainda que não seja condição para a sua preservação, do contrário, povos nômades não teriam memória. As memórias dos grupos se referenciam, também, nos espaços em que habitam e nas relações que constroem com estes espaços. Os lugares são importante referência na memória dos indivíduos, onde se segue que as mudanças ali empreendidas acarretam mudanças importantes na vida e na memória dos grupos sociais.

BOSQUE RODRIGUES ALVES – JARDIM BOTÂNICO DA AMAZÔNIA (BRAJBA)

O Bosque Rodrigues Alves é um espaço público de Belém do Pará que foi inaugurado como parque municipal em 25 de agosto de 1883, com uma área de 15 hectares. Inspirado aos moldes do “Bois de Bologne”, principalmente o Parc de Bagatelle, - área verde localizada em Paris, na França - abriga uma importante diversidade de espécies da fauna e flora do ecossistema amazônico.

O espaço foi “revitalizado” na gestão de Antonio Lemos e entregue à cidade em 1903, com objetivo de “proporcionar um espaço de lazer agradável aos visitantes, sendo provido com diversos equipamentos, como cascatas, lagos, ilhas, grutas, viveiros de aves e pontes” (BAHIA, 2012, p. 185). O nome Bosque Rodrigues Alves só foi adotado no período republicano, em 1906, em homenagem ao presidente da república da época.

O espaço recebeu em julho de 2002 o título de Jardim Botânico da Amazônia, com base na Resolução nº 266, de 03 de agosto de 2000, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Com a certificação, o Bosque entrou

na lista da Rede Brasileira de Jardins Botânicos que integra a Botanic Gardens Conservation International (BGCI), Rede Mundial de Jardins Botânicos com mais de 1.846 jardins botânicos em 148 países.

O “Bosque”, como é popularmente conhecido, é lugar de referência para a contemplação e entretenimento dos cidadãos que, em programas, projetos e ações ligados ao meio ambiente, à cultura e ao turismo, favorecem a usos múltiplos do espaço público. Recebe aproximadamente 200.000 visitantes ao ano (SEMMA, 2014), entre moradores, turistas, estudantes e pesquisadores. Sua gestão é realizada pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB), através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) e da Diretoria de Gestão de Áreas Especiais (DGAE). O principal público frequentador é formado atualmente pelos moradores de Belém, que acessam o espaço nos finais de semana, como opção de lazer para famílias inteiras e principalmente para entretenimento do público infantil em áreas “naturais” e espaços verdes.

Além de moradores, o Bosque recebe visitantes turistas e visitas de estudantes e professores oriundos de vários municípios do Pará e ilhas do entorno da cidade em um segmento denominado “turismo educacional ou pedagógico”¹. Durante o mês de novembro de 2014, visitaram o Bosque 976 estudantes e professores oriundos desses locais².

Pode-se dizer, a partir do estudo no espaço público, que a maioria dos frequentadores turistas não vai até o Bosque guiado por uma agência de turismo com a presença de guias e suporte de ônibus de turismo. Ao contrário, o que se vê são turistas sozinhos ou em pequenos grupos acompanhados de parentes ou amigos, descobrindo o Bosque por conta própria. Do ponto de vista da experiência, pode-se dizer que esta é mais espontânea.

É considerado, portanto, na atualidade, como “importante espaço público para uso da cidade e como indutor do turismo na perspectiva de respostas às demandas de lazer advindas do processo de industrialização e suas consequências, como por exemplo, a dicotomia lazer-trabalho” (BAHIA 2012, p.19), na qual o trabalho exerce centralidade e o lazer passa a ser visto como “tempo livre” em relação ao trabalho. A reconfiguração dos espaços públicos de Belém resultante dessa dinâmica criou necessidades de áreas verdes destinadas ao lazer.

¹ Significa “o viajar para aprender”, que se caracteriza por viagens de estudo do meio e tem como objetivo transportar o conhecimento teórico assimilado em sala de aula para a realidade concreta, oferecendo ainda momentos de descontração e sociabilização (SWARBROOKE; HORNER, 2002, p. 64)

² Os visitantes são oriundos dos seguintes municípios paraenses: Ananindeua, Aurora do Pará Benevides, Castanhal, Curuçá, Maracanã, Marituba, Moju, Santo Antonio do Tauá, São Caetano de Odivelas, e Ilhas do entorno, como Ilha do Mosqueiro e Ilha do Outeiro (SEMMA, 2014).

A institucionalização do Bosque como área verde a ser preservada vem ao encontro dessas necessidades, por meio de políticas públicas específicas e instrumentos norteadores de uso pela sociedade na perspectiva de um espaço público de lazer e pesquisa (BAHIA; FIGUEIREDO, 2013). Nesse sentido, a compreensão do Bosque como espaço público passa pelo entendimento de duas questões: a noção de espaço público sob a ótica do aporte teórico que deve ser adotado pela política pública e a percepção das pessoas que fazem uso desse espaço.

Na pesquisa realizada foi observada a heterogeneidade do público do Bosque. Durante a pesquisa estavam no lugar frequentadores de diferentes faixas etárias (crianças, adolescentes, adultos e idosos); diferentes profissões (bancários, evangelizadores, militares, estudantes); rendas, escolaridades e etnias. Além disso, percebeu-se a diversidade de usos e práticas no espaço público: os turistas, os adolescentes e as famílias com crianças o identificavam, predominantemente, como um espaço de lazer. Por outro lado, outros vivenciaram o lugar em grupo e com objetivos específicos, como os praticantes de yoga; os estudantes em visita guiada; os religiosos que professam uma crença; e os pesquisadores. Havia ainda os que vão frequentemente ao Bosque para trabalhar (vendedores de comida, de artesanato e um escritor).

Durante a pesquisa foi possível verificar a frequência dos visitantes intensificada pelos que residem próximos à área verde. A rotina vai se transformando no cotidiano. O grupo de yoga, por exemplo, faz suas atividades durante a semana. A maioria dos pesquisados assinala o lazer com a família a principal motivação da visita. Aparecem também ideias sobre relembrar a infância; contemplar a natureza; praticar evangelização; e praticar exercício físico. A presença desses atores é importante como elo de fortalecimento de laços de pertencimento ao espaço público (SIMMEL, 2006). Outro exemplo são os profissionais que realizam ações educativas no bosque (poetas, contadores de história, professores, pedagogos etc.).

A ideia de espaço público como área livre, verde, de interação, encontros e de ajuntamentos foi percebida nas respostas. Na percepção dos visitantes a cidade possui esses espaços, que ora são espaços públicos (praças, bosque, ruas), ora são espaços de encontro que pode ser um shopping center, por exemplo. Infere-se que os agentes têm uma percepção de espaço público como espaço de encontro, para atividades específicas, como o lazer, mas sem laços de pertencimento ao local. Esse pertencimento é percebido somente nas pessoas que moram nas proximidades do espaço público e nas que desenvolvem atividades econômicas no local.

Para Massey (*apud* LEITE, 2004, p. 286), “os lugares não são necessariamente nichos inalteráveis e fixos em uma tradição perene, razão pela qual eles podem apresentar configurações flexíveis. Disso resulta uma concepção de lugar quase forjado por situações com múltiplas interseções e dissonância de sentidos a ele atribuídos”.

Neste sentido, os limites e diferenças entre um espaço urbano e um espaço público podem contribuir para que seja compreendida a dupla inserção conceitual entre espaço e sociabilidade pública. Por fim, lugares são espaços de convergências simbólicas, que resultam de experiências compartilhadas mediante alguma possibilidade de entendimento sobre o que significa um certo espaço e sobre o que representam certos conteúdos culturais partilhados.

O público que frequenta o Bosque tem forte ligação com o local em vários aspectos: como referência ao período da infância vivida no espaço verde, contemplação à natureza, relaxamento etc. Porém o fluxo não é contínuo, é bastante heterogêneo, o que dificulta a transformação dessas referências em práticas de utilização do espaço para além da contemplação, rumo a uma apropriação mais efetiva do espaço na perspectiva de pertencimento.

Parece interessar aos visitantes apenas alguns momentos de lazer, sem interesses em se apropriar do espaço por meio de ações que garantam o acesso e a preservação desse espaço público. Para muitos a noção de espaço público está relacionada ao acesso livre, sem cobrança de taxas. A percepção de espaço público como um local de acesso livre está muito presente no imaginário da maioria das pessoas entrevistadas. A cobrança de entrada, mesmo que simbólica (R\$ 2,00), é vista como entrave ao livre acesso que um espaço público deveria ter e poderá impedir fluxos (SERPA, 2009).

A PRAÇA BATISTA CAMPOS: SUAS CARACTERÍSTICAS E AS VIVÊNCIAS DE LAZER

A praça Batista Campos tornou-se um dos símbolos do período denominado de “Belle Époque”. Como outras praças e espaços criados por Antônio Lemos, a praça Batista Campos apresentava equipamentos requintados para a época de sua construção, com características da arquitetura parisiense, de onde vinha sua inspiração, com seis pavilhões e dois caramanchões, utilizando estruturas de ferro importadas da Alemanha, lagos, castelos e grutas. O coreto central ou pavilhão acústico foi construído posteriormente (BAHIA, 2012).

Dessa forma, a praça se inscreveu como espaço de uso das elites da cidade e até hoje, o debate sobre seu uso incorpora essa ideia.

De acordo o Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Governo do Estado do Pará, a Praça Batista Campos foi tombada em 1983, com base na Lei nº 4855, de 3 de setembro de 1979, conforme registro no livro de bens imóveis de valor histórico, arquitetônico, urbanístico, rural e paisagístico (Diário Oficial de 9 de agosto de 1983).

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA é a responsável pela administração de todas as praças, tendo a participação da Secretaria de Urbanismo como parceira na execução de algumas obras de manutenção. Além disso, muitas ações são executadas com parcerias público-privadas.

Como a praça Batista Campos não possui um ordenamento de uso determinado por um Decreto Municipal (apenas outra praça da cidade, a praça da República possui tal decreto - Decreto nº. 67961, de 3 de outubro de 2011), todas as atividades que são realizadas na mesma devem ser informadas oficialmente à SEMMA, a fim de que sejam avaliadas, para serem ou não autorizadas.

Desde 1997, existe a Associação dos Amigos da Praça Batista Campos (AAPBC), criada pelos próprios moradores do entorno e frequentadores da praça, com o objetivo de fiscalizar o espaço e intervir junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) no sentido de cobrar ações do poder público para a preservação da praça.

A praça comporta práticas sociais diversas, que geralmente são realizadas de forma livre por seus frequentadores, como, por exemplo, contemplação, caminhadas, corridas, alongamento, prática de ciclismo, prática de skate, brincadeiras de crianças, uso dos brinquedos públicos da praça, uso de brinquedos particulares, dentre outros.

De acordo com a SEMMA, algumas outras ações públicas e privadas são realizadas anualmente na praça, mediante solicitação das instituições proponentes e de autorização do referido órgão para as suas realizações. Conforme relatório institucional do ano de 2011, que relaciona todas as autorizações cedidas, e a consequente realização dessas ações, foi possível entender a Batista Campos como um espaço de grande diversidade e muitos movimentos, que atendem a fins diversos e com a organização de atores diferentes: datas comemorativas; campanhas educativas diversas; apresentações culturais; atividades comerciais diversas no espaço; gravação de filmes publicitários; divulgação de faculdades; campanhas de saúde de clínicas particulares; divulgação de academias de práticas corporais diversas; shows beneficentes; apresentações culturais para divulgação de artistas e grupos (música, arte, dança); atividades para angariar fundos em favor

de Associações diversas; ações educativas com fins de divulgação de atividades de Associações, Federações, ONGs; campanhas diversas do Sistema 3S (SESC, SESI, SENAC); dentre outras.

Na Praça Batista Campos, apesar dos dados demonstrarem a presença de usuários de bairros mais distantes, há uma predominância de pessoas que residem em bairros mais próximos à praça. Além da presença dos moradores do bairro de Batista Campos, considerado um bairro “de elite” da cidade, há também a presença de moradores de bairros limítrofes, considerados bairros de classes mais baixas, como, por exemplo, os bairros do Jurunas, Condor, Cremação e Guamá.

Nesses bairros há uma carência de infraestrutura de serviços e equipamentos de lazer, fazendo com que seus moradores utilizem a praça para seus momentos de lazer, principalmente pela maior facilidade de acesso. A ausência de locais com infraestrutura essencial para a vivência de lazer e outras práticas de sociabilidade das pessoas em bairros periféricos da cidade acaba por obrigar o deslocamento das mesmas de seus locais de moradia. Além da necessidade de ter recursos financeiros para o deslocamento com suas famílias, estas dependem de uma infraestrutura de transporte público, além de precisarem dispor de mais tempo para tal deslocamento.

Todos esses fatores interferem na qualidade do lazer, pois, ainda que consigam ter acesso a esses lugares, o tempo de vivência se torna limitado ao tempo de deslocamento dessas pessoas. Talvez esse fato seja um reflexo do que Jacobs (2000) aponta como uma necessidade de se ter parques de bairros (as praças estão incluídas nessa categoria), que devem estar situados bem próximos onde se concentram diferentes modos de vida, de atividades, de “pulsção” dos bairros.

Descrever a dinâmica da praça é relacionar uma multiplicidade de vivências, as quais vão se modificando ao longo do dia e da noite, e que também podem acontecer simultaneamente. Durante a semana, logo nas primeiras horas da manhã, é possível se visualizar pessoas iniciando vivências corporais diversas (caminhada, corrida, alongamento, ginástica nos aparelhos); na sequência, percebe-se a chegada de algumas mães com seus bebês nos carrinhos para um passeio aos primeiros raios de sol; também chegam outras crianças maiores para brincar nos brinquedos existentes na própria praça; um pouco mais tarde, alunos de escolas próximas se reúnem nos bancos e coretos para conversar e casais costumam utilizar esse espaço para namorar.

Nos fins de semana, há uma movimentação mais intensa, pois além das vivências já citadas, há também a realização de atividades lúdicas, tanto de forma

livre no espaço e nos brinquedos da praça, quanto em brinquedos alugados (carrinhos, bicicletas, charretes etc.) ou com brinquedos (bicicletas, velocípedes etc.) trazidos pelas crianças acompanhadas de suas famílias. Além disso, há a presença de grupos de várias faixas etárias para assistir apresentações artísticas, principalmente quando há alguma programação cultural específica em datas comemorativas, realizadas tanto de dia quanto de noite, com a presença de famílias inteiras oriundas de diversos bairros da cidade.

Também foram mencionados nas entrevistas realizadas outros tipos de vivências como, por exemplo, o descanso antes e depois do trabalho e a leitura, mas percebe-se que a referência à contemplação da natureza aparece como um elemento importante na percepção de alguns usuários.

A referência à busca pelo silêncio, pela paz interior e por Deus, mencionada por esses usuários da praça reflete um olhar interligado a um relativo romantismo, provocado especialmente pela aproximação com a natureza, o que se transforma quase em um ato religioso. De acordo com Neiman, Mendonça e Schlindwein (2008), este fato revela a existência de um campo mitificado que funciona, muitas vezes, como válvula de escape e de compensação à vida complicada da cidade. Uma lógica que, algumas vezes, acaba por sacralizar a natureza.

Estudos de Bruhns e Marinho (2012) revelam que nas vivências em lugares que aproximam ser humano e natureza, existem alguns rituais que funcionam como uma espécie de exercício dos sentidos ou uma conexão com o ambiente, a fim de aguçar a percepção de sons, que, em geral, não se percebe claramente no meio urbano. Paradoxalmente ao fato da praça ser localizada entre ruas movimentadas, com trânsito tumultuado e barulhento, alguns conseguem realizar essa espécie de ritual do silêncio.

Para Takahashi (1998), a vivência de lazer em áreas verdes é uma experiência psicológica, cuja qualidade pode estar diretamente interligada à dependência das expectativas dos usuários em relação a essas áreas. Essa pesquisadora realiza estudos que analisam, prioritariamente, o uso público em áreas naturais protegidas. No entanto, entende-se que suas análises também podem ser aplicadas às Áreas Verdes Públicas Urbanas.

Os sentidos psicológicos positivos não são unânimes aos usuários de lazer da praça. Há relatos onde se verifica que alguns destes utilizam a praça por falta de opções de acesso a outras áreas verdes na cidade, e suas expectativas não são totalmente atendidas, principalmente pelo desejo de existirem outros lugares com menos “interferências”, tanto no que se refere à proximidade da poluição, quanto sobre o incômodo de se ter grande circulação de pessoas na praça.

Em alguns desses relatos, percebe-se que há uma certa divergência de interesses e um desconforto dos que caminham e correm na praça em relação àqueles que circulam na praça a passeio ou de passagem para o trabalho e vice-versa.

Na verdade, algumas práticas urbanas e comportamentos de alguns usuários demonstram uma forte tendência ao que Serpa (2009) nomeia de um processo de territorialização do espaço, no qual os próprios usuários tentam privatizar aquele espaço público “[...] através da ereção de barreiras simbólicas, por vezes invisíveis. O espaço público transforma-se, portanto, em uma justaposição de espaços privatizados; ele não é partilhado, mas, sobretudo, dividido entre os diferentes grupos” (2009, p. 36).

De certa forma, esses comportamentos resultam na diminuição da acessibilidade, com uma limitação e um controle exercido simbolicamente. Serpa (2009, p. 36) alerta que esses usuários acabam contribuindo assim para “a amplificação da esfera privada no espaço público, fazendo emergir uma sorte de estranhamento mútuo de territórios privados, expostos, no entanto, a uma visibilidade completa”. Entretanto, a dinâmica da praça revela movimentos e estratégias que se contrapõem a essas lógicas.

A FEIRA, A RUA E O HORTOMERCADO NO BAIRRO DA TERRA FIRME

A praça e o parque são exemplos de espaços públicos construídos para tal e constituintes da vida cotidiana e ritual da cidade, no entanto há uma formação que representa na sua essência a ideia de espaço público: a rua. Os estudos antropológicos de comunidades urbanas contribuem, de fato, para o entendimento dos modos de vida em grandes metrópoles, trazendo à tona questões do dia a dia dos sujeitos pesquisados e que na maioria das vezes passam despercebidas pelo “olhar Blasé” (SIMMEL, 2006) presente no cotidiano das grandes metrópoles. Para estudo da sociabilidade tomaremos o bairro da Terra Firme, em Belém, como contexto e as feiras livres como fenômeno de estudo.

Certeau, Giard e Mayol definem o bairro como “um objeto de consumo do qual se apropria o usuário no modo da privatização do espaço público” (CERTEAU et al, 2005, p. 4). Para os autores, nos bairros se acham reunidas as condições para favorecer esse exercício: o reconhecimento dos lugares, trajetos cotidianos, relações de vizinhança (política), relações com os comerciantes (economia), sentimentos difusos de estar no próprio território (etologia), tudo

isso como indícios cuja acumulação e combinação produzem, e mais tarde organizam o dispositivo social e cultural segundo o qual o espaço urbano se torna não somente o objeto de um conhecimento, mas o lugar de um reconhecimento (CERTEAU et al, 2005).

O cotidiano dos moradores dos bairros, sobretudo os periféricos, apresenta-se bastante propício para a construção de laços de amizade e reciprocidade. Almeida (2011, p.339) observa que são sorrisos, saudações, cumprimentos, que fazem dos bairros verdadeiros palcos de reconhecimento, de ser conhecido e reconhecido, apreciado e estimado. Neste sentido, Simmel (2006 apud Moraes 2011) destaca que nas relações de convívio com o outro e contra o outro há várias formas de interações sociais, podendo, inclusive, algumas serem conflituosas. Para o autor, todas as formas de interação e socialização entre seres humanos com desejo de superar o outro, a troca, a formação de partidos, o desejo de ganhar, as chances de encontro e separação casuais, a mudança entre oposição e cooperação, o engodo e a revanche, estão imbuídas de conteúdos intencionais (SIMMEL, 2006, p. 72).

As feiras são espaços de sociabilidade, pois neles percebem-se interações entre seus diversos atores sociais, estas interações que se estabelecem neste espaço são pautadas tanto por conflitos como por interesses, o que importa é que ambos estimulem a construção de memórias individuais e coletivas no bairro. As feiras livres localizada nos bairros são espaços de confluência entre o rural e urbano nas grandes metrópoles, se constituem como espaço privilegiado onde são vivenciados, exercitados e atualizados os elementos do modo de ser rural/urbano, representado em seu modo de falar característico, nos hábitos tradicionais de consumo, mas também com os novos hábitos, vistos nos produtos que são comercializados e nas estratégias criadas para sustentar as novas formas de relacionamento que se estabelecem.

O bairro da Terra Firme faz parte da bacia do rio Tucunduba, e teve sua ocupação a partir da expansão urbana em direção às áreas de baixadas, que se intensificaram em Belém, principalmente a partir da década de 1940. Ganhou este nome por ser formado por terras firmes e altas, próximas às áreas alagadas pelo rio Tucunduba, no limite dos bairros de Canudos e Guamá, como descreve Alves (2010, p. 83). Possui quase 84% de sua área alagada, perdendo apenas para os bairros do Jurunas e Condor.

Este bairro é caracterizado pelo estigma da violência, pobreza, exclusão social, pela falta de infraestrutura e saneamento básico, resultado da expansão urbana que ocorre nas grandes metrópoles. No entanto para Durham (2004, p. 383) “a uniformidade e a segregação relativa parecem favorecer o desenvolvimento

de uma sociabilidade local que distingue esta população das camadas mais abastadas”.

A memória do bairro por seus moradores converge para um ponto em comum que é o igarapé do Tucunduba, pois, no início, aproximadamente 90% de sua área era alagada e o igarapé circulava toda aquela região que foi aterrada com lixo para que fossem construídas as moradias hoje existentes, tanto que pode-se ver ainda no período de grandes chuvas o alagamento de muitas vias existentes no bairro.

Ao mesmo tempo em que concentra boa parte da população de baixa renda da capital, o bairro da Terra Firme sofre com a carência de serviços básicos (saneamento, em especial). Neste Bairro também se encontram várias instituições de pesquisa e ensino, seus “vizinhos intelectuais”.

Raramente este bairro é referido pelos seus fazeres e saberes culturais, e as suas histórias de conquistas raramente são detalhadas, a não ser em relação às lutas dos movimentos sociais que ali se estabeleceram, principalmente nas décadas de 1970 e 1980. Por conta do processo de ocupação de vários bairros de Belém às proximidades dos rios e pela distância do núcleo urbano inicial da cidade, sua ocupação se deu com a vinda de migrantes do interior do estado, áreas ribeirinhas próximas de Belém e de outros estados vizinhos, como Maranhão, Ceará e outros. (RODRIGUES, 2008; CASTRO, 2006).

Apesar de a feira estar inserida no contexto do comércio, a análise proposta busca outro viés, entendendo que ver as sociedades humanas como organismos que não buscam apenas o lucro, mas que também se pautam em parâmetros estabelecidos pelo grupo e que de alguma forma estabelece as relações sociais entre os sujeitos. Estas normas podem se estabelecer de diversas formas, desde uma troca de favores entre feirantes quando uma ajuda o outro como forma de amizade esperando a ajuda recíproca por parte do outro, até formas de comercialização dos seus produtos, onde estabelecem entre determinados grupos preços iguais para que nenhum saia perdendo. Aquele que não aceita este “acordo” pode não se considerar bem visto pelos seus colegas.

As feiras, como lugar de consumo, são espaços de sociabilidades e territorialidades que são mantidos e reproduzidos pelas relações entre pessoas. Ao visitar uma feira livre, percebem-se como as relações sociais se diferenciam, entre feirante e consumidor, feirante e feirante, feirante e fornecedor. Há uma aproximação entre o vendedor e o comprador no ato da comercialização. A aproximação entre estes dois indivíduos só se realiza durante a feira e através dela. Muitas vezes estas pessoas não se conhecem, não se encontram no dia a dia, só durante a compra.

Atualmente a feira localiza ao longo das principais ruas do bairro. Na mesma área, encontra-se também uma ampla rede de comércio, escolas e igrejas e a única Praça da Terra Firme – a Pça Olavo Bilac, com a Igreja de São Domingos de Gusmão, sendo este espaço conhecido como Praça da igreja. Nesta área também existe uma categoria de feira denominada popularmente de “Shopping Chão”, onde são vendidas roupas usadas, sucatas de computador, livros e revistas, celulares, peças de fogão, peças para bicicleta, eletrodomésticos etc.

O Hortomercado e a feira da Terra Firme, na configuração atual, existem há aproximadamente 28 anos. Segundo os feirantes, anteriormente a feira se localizava na Tv. Dois de junho, atrás da Igreja São Domingos de Gusmão. Foi na década de 1980 que o Horto mercado foi inaugurado. No início, as barracas eram todas no interior do mercado e depois, com o crescimento de bairro e a necessidade de emprego das pessoas, foram surgindo barracas ao longo da calçada e da Rua Celso Malcher.

Já que a feira e hortomercado da Terra Firme sustentam as redes de sociabilidades e reciprocidades dos moradores do bairro, mesmo com as transformações verificadas na dinâmica de social resultantes do processo de modernização e como as relações ali estabelecidas se associam a memória social do bairro, a ideia de memória coletiva é importante, cuja premissa define que a memória aparentemente mais particular remete a um grupo.

O indivíduo carrega em si a lembrança, mas está sempre interagindo com a sociedade, e os seus grupos e instituições. São no contexto destas relações que construímos as nossas lembranças. Para Halbwachs (2004, p. 47), “o indivíduo recorda seu passado por meio de mecanismos impostos pela sociedade e que são específicos de cada grupo”. Isto é, as lembranças para existirem devem ter relações com os quadros sociais dos quais o indivíduo participa.

As relações sociais evidenciadas da feira, a partir das relações de troca e do reconhecimento do espaço público na memória coletiva dos moradores criam a ideia de espaço público da feira, e nesse espaço se fortalecem então os laços sociais, de pertencimento ao bairro, significando que o espaço público também produz identidades e territorialidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço urbano não pode ser visto como uma mercadoria ou locus de fragmentação, pois é o lugar da reprodução das relações sociais, incluindo-se nessa lógica o espaço urbano, os espaços de lazer, os espaços educativos, os espaços

da vida cotidiana de uma sociedade. A fragmentação do espaço se contrapõe à lógica da reunião de tudo o que se encontra separado, fragmentado, disperso. Para tanto, Lefèbvre (2001) propõe uma nova concepção de cidade, caracterizada pela possibilidade do encontro, do simultâneo, de viver a centralidade da cidade, do “direito à cidade”, que se refere ao direito dos cidadãos e dos grupos de todas as classes sociais a ter possibilidade de participar de todas as redes e circuitos de comunicação, de informações, de trocas, de decisões (BAHIA; FIGUEIREDO, 2012).

Os parques e jardins botânicos urbanos, como espaços públicos verdes, passam a oferecer aos cidadãos um retorno à natureza, fato cada vez mais raro e distante dos moradores das grandes metrópoles, além de proporcionar lazer, cultura e turismo às pessoas. Percebe-se que a partir das transformações urbanas ocasionadas pelas novas configurações das cidades contemporâneas, as dinâmicas que regem os espaços públicos verdes urbanos - especialmente em cidades da Amazônia, como Belém, Pará - sofrem alguns rompimentos das relações indivíduos-natureza, desencadeados pelo crescimento urbano desordenado, onde a floresta em pé dá lugar às edificações residenciais e/ou comerciais. Também pela carência dessas “ilhas de vegetação” destinadas à contemplação, à educação e a interpretação ambiental, ao lazer, à cultura, ao turismo e à sustentabilidade, que em épocas passadas favoreciam a qualidade de vida das pessoas nas cidades.

O entendimento das relações socioambientais que ocorrem no Bosque Rodrigues Alves exige uma observação atenta das complexas teias que fazem desse espaço um mosaico de interações situadas, do encontro, do ajuntamento, do político e das práticas que podem ser identificadas nas formas de socialidades na arena pública urbana. Um espaço como o Bosque é dinâmico e se associa de maneira diversa, criando composições próprias. O jardim botânico urbano oferece um lugar de representação do imaginário, onde podem ser interpretadas as lendas, os símbolos, os mitos ou os rituais.

As questões levantadas empiricamente levam a algumas reflexões sobre a noção de espaço público presente no imaginário dos frequentadores do bosque. A noção de espaço público voltado à contemplação, ao lazer ocasional e a laços de infância, sem relação com laços de pertencimento mais voltados à dinâmica da cidade pode ser um elemento limitador nas lutas da instituição em relação a processos de apropriação capitalista.

Na Praça Batista Campos, o reconhecimento é referente às melhorias infraestruturais e à realização de programações artísticas em datas comemorativas. De forma geral, percebe-se uma relação consensual nessa prática, porque essas ações estão relacionadas à preservação do meio ambiente para resguardar a área

para o lazer. Nesse espaço específico, o terceiro setor exerce certa influência no campo de forças, por meio da Associação dos Amigos da Praça Batista Campos, a qual fiscaliza e articula parcerias para a realização de ações de lazer, bem como pressiona o poder público no sentido de atuar efetivamente e agregar melhorias a esse espaço.

Uma reflexão importante é de que a vivência do lazer, muitas vezes, independe da existência de uma intervenção direta do poder público, entretanto, na cidade repartida, o lazer acaba por funcionar por meio da institucionalização, e as políticas públicas se transformam em elementos importantes para se viabilizar formas de educação para uma vivência de lazer mais qualificada. Para garantir a acessibilidade da população a uma maior gama de vivências de lazer, há a necessidade de se potencializar as ações individuais, com certas garantias na cidade.

No que se refere à relação estabelecida com o bairro da Terra firme, cabe refletir que uma das alternativas de agregar a memória, a cidadania e o pertencimento aos valores dos grupos sociais é a museologia social que propõem a preservação patrimonial em prol do desenvolvimento local. A memória social, na situação de encontro no espaço público da feira da rua e do mercado na Terra Firme, funciona como catalizadora da sociabilidade resistente do bairro.

O espaço público pressupõe cena pública com liberdade formal e real. Já o espaço coletivo é um espaço de uso comum, mas pode ser sem liberdade. Percebe-se aí que existem posições sobre espaço público, onde uma é de origem liberal, que defende a primazia ao individual e a defesa da vida privada. A outra posição é democrática ou republicana, onde o espaço público é um locus em que o ser humano se realiza plenamente. Assim, a necessidade do cercamento de espaços públicos gera o debate se práticas como essa estariam gerando um declínio, degradação ou perda do espaço público.

Desta forma, as políticas públicas podem assumir o papel de produzir maiores oportunidades, quando criam, facilitam o acesso e democratizam espaços e equipamentos públicos de lazer na cidade. Possivelmente, serão esses espaços e equipamentos que poderão vir a qualificar a diversidade de tais experiências.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. P. Sociabilidade, cotidiano e vizinhança em um bairro popular de João Pessoa, PB. *Revista Brasileira de Sociologia da Educação*. v.10, n.29, 2011. p. 30-47.

ALVES, E. S. Marchas e contramarchas na luta pela moradia na Terra Firme (1979-1994). Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

BAHIA, M. C. O lazer e as relações socioambientais em Belém – Pará. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém/PA, 2012, 301f.

BAHIA, M. C.; FIGUEIREDO, S. L. Urbanização e a dinâmica do lazer em Belém, PA. In: ALMEIDA, O.; FIGUEIREDO, S. L.; TRINDADE JUNIOR, S. (Orgs.). Desenvolvimento e Sustentabilidade. Belém: Editora NAEA, 2012.

BAHIA, M. C.; FIGUEIREDO, S. L. A Construção Social do Lazer e sua Trajetória Científica. Papers do NAEA, Belém, n. 309, p. 1-23, set. 2013.

BOSI, E. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRUHNS, H. T.; MARINHO, A. Ritos e rituais nas viagens à natureza. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v. 5, n.1, p.87-102, jan/abr. 2012.

CASTELLS, M. A Sociedade em Rede. (A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura). São Paulo: Paz e Terra, v. 1, 2010.

CASTRO, E. Cidades na floresta. São Paulo: Annablume, 2009.

CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. A invenção do cotidiano: 2 morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1996. v.2.

DURHAM, E. R. A dinâmica da cultura. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

FIGUEIREDO, S. L. Espaços de Cultura nas Cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação. In: FIGUEIREDO, S.L. (Org.). Turismo, lazer e planejamento urbano e regional. UFPA/NAEA, Belém, 2008. 200p.

FRÚGOLI Jr, Heitor. Sociabilidade Urbana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

GOMES, P. C. Cidadania e espaço público: o que a geografia tem a dizer? In: _____. A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 129-168.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2004.

HARVEY, D. A criação dos bens comuns urbanos. In ____ Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes. 2014. p. 134-189.

- JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LEFÈBVRE, Henri. The production of space. Malden: Blackwell Publishers, 2010, 454p.
- LEFÈBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEITE, R. P. Política dos usos: a construção dos lugares no espaço público. In: _____. Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004. p. 284-319.
- MORAES, Renata Maria V. Olhares sobre as práticas cotidianas no mercado central de Marituba/PA. In: Congresso Luso afro brasileiro de ciências sociais: diversidade e igualdade, 11. 2011, Salvador. Anais... Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2011.
- NEIMAN, Zysman; MENDONÇA, Viviane M. de; SCHLINDWEIN, Marcelo N. Eu e a Brisa: reflexões sobre a experiência da viagem no turismo. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.1, n.1, p.114-135, 2008.
- NUNES, D. A., TRINDADE JUNIOR, S.C. C. (Sobre)vivências ribeirinhas na orla fluvial de Marabá-Pará: agentes, processos e espacialidades urbanas. NAEA/UFPA. Novos Cadernos NAEA. v. 15, n. 1, p. 209-238, jan-jun. 2012.
- PEIXOTO, R.C. Memória, verdade de justiça: reconhecendo abusos do passado e do presente no Bico do Papagaio. NAEA/UFPA, Novos Cadernos NAEA. Vol. 16, (N. 2) p. 225-253, jul-dez. 2013.
- RODRIGUES, Carmem Izabel. Vem do bairro do Jurunas: sociabilidade e construção da identidade em espaço urbano. Belém: NAEA, 2008.
- ROLNIK, Raquel. O lazer humaniza o espaço urbano. In: Lazer numa sociedade globalizada: leisure in a globalized society. São Paulo: SESC; WLRA, 2000. p. 179 -184.
- SANTOS, M. Território e cidadania. In: _____. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1987. p. 111-133.
- SEMMA. Relatório Mensal de Atividades. SEDAEC/ DGAE/SEMMA, Novembro/2014.
- SERPA, Angelo. O espaço público na cidade contemporânea. São Paulo: Contexto, 2009.
- SIMMEL, Geog. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). Rio de Janeiro: Mana, v.11, n. 2. Out. 2006.

SOUZA, M. L. de. Cidades fragmentadas, medo generalizado: das “áreas de risco” à “ubiquidade do risco”. In: _____. Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 51-91.

SWARBROOKE, J.; HORNER, S. O comportamento do consumidor turista. São Paulo: Aleph, 2002, p. 64 (Série Turismo).

TAKAHASHI, Leide Y. Caracterização dos visitantes, suas preferências e percepções e avaliação dos impactos da visitação pública em duas Unidades de Conservação do Estado do Paraná. 1998. 129 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.

Texto submetido à Revista em 02.07.2014
Aceito para publicação em 18.10.2014